



Confianza Securitizadora S.A.

Demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

com Relatório dos Auditores Independentes

Confianza Securitizadora S.A.

Demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4

Demonstrações financeiras auditadas

Balancos patrimoniais.....	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras.....	13

Relatório da Administração

Confianza Securitizadora S.A.

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Confianza Securitizadora S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia efetuou a primeira emissão de debênture no montante total de R\$240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais). É esperado que essa emissão forneça uma receita de gestão para arcar com os custos da Companhia e cesse a necessidade de aporte realizados ao longo do ano de 2023.

O resultado líquido obtido pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi um prejuízo líquido de R\$ 137 (R\$245 em 2022), e o seu patrimônio líquido (passivo a descoberto) atingiu o montante de R\$ (4) (R\$ (328 em 31 de dezembro de 2022).

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda., empresa contratada para a prestação de serviços de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras da Confianza Securitizadora S.A, ou pessoas a ela ligadas, não prestou quaisquer outros serviços que não sejam os de auditoria externa.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2024.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas da

Confianza Securitizadora S.A. (Securitizadora ou Companhia)

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Confianza Securitizadora S.A. (Securitizadora ou Companhia)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto), dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Confianza Securitizadora S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada a continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia se encontra em fase pré-operacional e desta forma, vem apresentando prejuízos recorrentes que acumulados montam R\$ 2.593 mil, bem como, passivo a descoberto no montante de R\$ 4 mil, decorrente de gastos iniciais para a sua constituição. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios, considerando a geração de caixa operacional decorrente de futuros negócios e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de descontinuidade de suas operações.

Ênfase – Reclassificação dos saldos de custos e despesas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 09, a Administração da Companhia, após a reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua demonstração do resultado, procedeu reclassificações envolvendo os grupos de contas de custos e despesas, de forma retrospectiva, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Adiantamento para Futuro Aumento De Capital (AFAC)

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 8.c, no decorrer do exercício de 2023 a Companhia recebeu de sua controladora o montante de R\$ 233 mil referente a “Adiantamento para Futuro Aumento De Capital (AFAC)”. Devido a representatividade do montante envolvido, este assunto foi considerado como principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Em resposta ao risco significativo de auditoria identificado, efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam na:

- Testes substantivos com o propósito de validar os valores envolvidos mediante transação financeira (extrato bancário);
- Verificação da Ata da Assembleia Geral Ordinária redigida pela Administração para aprovação em Assembleia a se realizar em 29 de abril de 2024;
- Verificação quanto a exatidão dos registros contábeis; e
- Avaliação da adequada divulgação realizada nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que são aceitáveis o método utilizado para o registro do AFAC.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

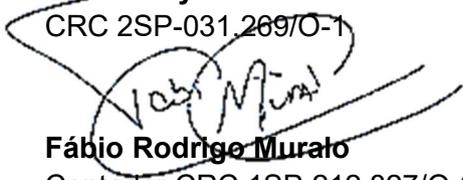
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2024.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-031.269/O-1



Fábio Rodrigo Murato

Contador CRC 1SP-212.827/O-0



Leonardo Boiani Antoniazzi

Contador CRC 1SP-255.559/O

Baker Tilly 4 Partners atuando como Baker Tilly é membro da rede global da Baker Tilly International Ltd., cujos membros são pessoas jurídicas separadas e independentes.

Confianza Securitizadora S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores em milhares de reais)

	Notas explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1	7
Total do ativo circulante		1	7
Total do ativo		1	7
Passivo circulante			
Contas a pagar	6	5	1
Total do passivo circulante		5	1
Adiantamento para futuro aumento de capital			334
Total do passivo não circulante			334
Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	8.a	2.355	2.355
(-) Capital a integralizar	8.b	-	(227)
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.c	233	-
Reserva legal		1	1
Prejuízos acumulados		(2.593)	(2.457)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(4)	(328)
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		1	7

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confianza Securitizadora S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores em milhares de reais, exceto lucro por ação, expresso em reais)

	Notas explicativas	31/12/2023	31/12/2022 (Reclassificado)
Custos dos serviços	9	(31)	(115)
Prejuízo bruto		<u>(31)</u>	<u>(115)</u>
Despesas gerais e administrativas	9	(47)	(38)
Despesas com prestadores de serviços	9	(47)	(92)
Despesas comerciais e de marketing	9	(12)	-
		<u>(106)</u>	<u>(130)</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>(137)</u>	<u>(245)</u>
Prejuízo líquido por ação - R\$	8.e	<u>(0,06)</u>	<u>(0,10)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confianza Securitizadora S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo líquido do exercício	(137)	(245)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>(137)</u>	<u>(245)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confianza Securitizadora S.A.

Demonstrações das multações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Notas Explicativas	Capital Social	Capital Social a integralizar	AFAC	Reserva Legal	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (passivo a descoberto)		2.355	(227)	-	1	(2.211)	(82)
Prejuízo líquido do exercício		-		-	-	(245)	(245)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (passivo a descoberto)		2.355	(227)	-	1	(2.456)	(327)
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.c	-	-	233	-	-	233
Integralização de capital	8.b	-	227	-	-	-	227
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(137)	(137)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (passivo a descoberto)		2.355	-	233	1	(2.593)	(4)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confianza Securitizadora S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(137)	(245)
Aumento de ativos		
Impostos a recuperar	-	8
Aumento (redução) de passivos		
Contas a pagar	5	(26)
Obrigações tributárias	-	(1)
(=) Caixa líquido das atividades operacionais	<u>(132)</u>	<u>(264)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital social	126	231
(=) Caixa líquido das atividades de financiamentos	<u>126</u>	<u>231</u>
Decréscimo em caixa e equivalentes	<u>(6)</u>	<u>(33)</u>
Saldo de caixa e equivalentes no início do exercício	7	40
Saldo de caixa e equivalentes no final do exercício	1	7

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto Operacional

A Confianza Securitizadora S.A. (Securitizadora ou Companhia) foi constituída em 26 de maio de 1998, e em 12 de julho de 2021 ocorreu a transferência das ações da Companhia para um novo controlador, e passou a pertencer ao Grupo RTSC (controladora direta), que pretende seguir com a utilização da estrutura já existente. Nesta data, ocorreu além da alteração da denominação social, a alteração do endereço da sede social da Companhia, renúncia dos antigos membros da Administração e eleição dos novos membros do Conselho de Administração.

Em 2 de maio de 2022, entrou em vigor a Resolução CVM nº 60/21 (alterada pelas Resoluções nºs 162 de 13 de julho de 2022, 179 de 14 de fevereiro de 2023 e 194 de 17 de novembro de 2023), que dispõe sobre as companhias securitizadoras de direitos creditórios registradas na CVM e que revogou as Instruções CVM nºs. 414, de 30 de dezembro de 2004, 443, de 8 de dezembro de 2006, 600, de 1º de agosto de 2018, e 603, de 31 de outubro de 2018. A partir da entrada em vigor da referida Resolução CVM, a Companhia e as companhias Securitizadora registradas na CVM à época tiveram 180 dias para se adaptar à nova norma.

Em 1 de junho de 2022, com a inserção da Instrução CVM nº 60/21 (alterada pelas Resoluções nºs 162 de 13 de julho de 2022, 179 de 14 de fevereiro de 2023 e 194 de 17 de novembro de 2023), a Companhia aterou seu registro de categoria “B” perante ao órgão, passando a ser registrada na categoria “S2”, permitindo assim a Confianza realizar a constituição de patrimônio separado no regime fiduciário pleno, quanto utilizar seu próprio patrimônio.

Em 24 de maio de 2023, a Companhia realizou sua primeira constituição de patrimônio separado (“PS”) por meio da nova administração, na modalidade de regime fiduciário pleno, na qual foi emitido uma debênture simple não conversível em ações no montante de R\$240 milhões de reais.

Em 1 de dezembro de 2023, entrou em vigor a Resolução CVM 194/23, que dispõe sobre as companhias securitizadoras de direitos creditórios registradas na CVM e alterou alguns artigos dispostos na Instrução CVM 60/21 CVM nº 60/21 (alterada pelas Resoluções nºs 162 de 13 de julho de 2022, 179 de 14 de fevereiro de 2023 e 194 de 17 de novembro de 2023). Após análise criteriosa, a administração da Companhia identificou que, dentre as alterações implementadas pelas Resoluções CVM nºs 162/202, 179/2023 e 194/2023, nenhuma provocou impacto no tratamento contábil conferido pela Companhia ao seu patrimônio próprio.

2 Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e estão sendo apresentadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 09 de fevereiro de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível. A administração, considerando a expectativa de geração de caixa oriunda do fee de gestão previsto para 2024 sobre a sua primeira constituição de patrimônio separado suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, concluiu que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequado a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Resumo das políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, sendo as transações contabilizadas de acordo com o regime de competência. Dentro das práticas contábeis destacam-se as seguintes:

3.1 Operações com regime fiduciário pleno

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia atuou somente com operações vinculadas ao regime fiduciário pleno. Pela fidúcia, tais créditos ficam excluídos do patrimônio comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais separados, com o propósito específico e exclusivo de responder pela realização dos direitos dos investidores.

Visto que todas as operações da Companhia estão sujeitas a regime fiduciário, e não contam com coobrigação da Companhia, foram apartadas das demonstrações financeiras da Companhia. Uma vez que a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros - venda incondicional de ativos financeiros, securitização de ativos na qual a Companhia não retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito ou garantia aos novos titulares, e outras hipóteses similares, o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.

3.2 Prejuízo por ação

A Companhia efetua o cálculo do prejuízo por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41. Não há efeitos de diluição e, conseqüentemente, o lucro por ação básico e diluído tem o mesmo valor.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.4 Resultado

As despesas e custos são representadas basicamente por despesas com registros, auditoria, contabilidade, dentre outros, as quais estão registradas pelo regime de competência.

3.5 Benefícios aos empregados

- **Benefícios curto prazo**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o correspondente serviço seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou não formalizada de pagar esse montante em função de serviços passados prestado pelo empregado no passado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

- **Participação nos resultados**

São reconhecidos em conta passiva de obrigações trabalhistas, os valores correspondentes aos benefícios a funcionários decorrentes do programa de participação nos resultados. Para o programa existe plano formal e os valores a serem pagos podem ser estimados razoavelmente, antes da época da elaboração das informações, e são liquidados no curto prazo.

- **Benefícios pós-emprego**

A Companhia não possui planos de benefícios do tipo Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e/ou Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) durante e pós-emprego ou benefícios de contribuição definida.

3.6 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

3.7 Instrumentos Financeiros

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais, presentes no CPC 48. Os passivos financeiros são mensurados de acordo com sua natureza e finalidade.

Os instrumentos financeiros incluem depósitos bancários, aplicações financeiras e outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas.

• Ativos financeiros

São registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR): de acordo com o CPC 48, o ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado pela Companhia, de acordo com a gestão de risco documentada e a estratégia de investimento. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e as mudanças desses ativos são reconhecidas no resultado dos exercícios.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são medidos por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Passivos financeiros

Passivos financeiros não derivativos: São reconhecidos inicialmente pelo valor da transação acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

- **Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando uma obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos financeiros transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

- **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.8 Avaliação do valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não foram identificadas perda nos valores dos ativos.

4 Novas normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das Demonstrações Financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- **Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento)**

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

• **Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante**

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é impactada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio
- um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

• **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7**

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Depósito bancário (i)	1	7
	1	7

(i) Depósito bancário - corresponde às contas correntes da própria operação da Companhia.

6 Contas a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores a pagar	5	1
	5	1

7 Benefícios a Administradores e Empregados

Em atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia registra que não possui planos de outorga de opção de compra de ações de sua emissão, assim como não oferece ou participa de planos que tenham por objetivo a complementação da aposentadoria ou a cobertura da assistência médica na fase de aposentadoria, para seus administradores.

Da mesma forma, não oferece benefícios representados por custos com demissão além daqueles legalmente instituídos pela legislação.

Os benefícios a administradores, caso existente, estão sendo reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com os serviços prestados.

8 Patrimônio líquido (passivo a descoberto)
(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia é de R\$ 2.355 (R\$ 2.355 em 31 de dezembro de 2022), totalmente subscrito e parcialmente integralizado. As ações são indivisíveis perante a Companhia e correspondem a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

(b) Aumentos de capital

Durante o exercício de 2023, a Companhia integralizou a parcela faltante de seu capital social no montante de R\$227 que havia recebido de seu controlador. Como se tratava de capital a integralizar, não houve emissões de novas ações.

(c) Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o exercício de 2023, a Companhia recebeu de seu controlador o montante de R\$233, dos quais serão remetidos a Assembleia Geral Ordinária para deliberar o aumento do capital social mediante a capitalização destes adiantamentos para aumento de capital recebidos.

(d) Dividendos

Conforme disposição estatutária e legislação societária, aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não houve destinação de dividendos em virtude da ausência de lucro líquido.

(e) Resultado por ação

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. Como não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias que refletisse como diluição, o resultado básico e diluído são iguais. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico:

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. Como não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias que refletisse como diluição, o resultado básico e diluído são iguais. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico:

<u>Prejuízo básico e diluído por ação</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo Líquido do exercício	(137)	(245)
	2.355	2.355
Média ponderada do número de ações		
Prejuízo Líquido básico e diluído por ação - R\$	(0,06)	(0,10)

9 Custos e despesas por natureza

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das suas despesas e custos com base em sua função. Abaixo segue a conciliação para a apresentação de acordo com sua natureza:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (Reclassificado)
Custo dos serviços prestados - (i)	(31)	(115)
Despesas com prestadores de serviços – (ii)	(47)	(92)
Gerais e administrativas – (iii)	(47)	(38)
Despesas comerciais e de marketing	(12)	-
	(137)	(245)

(i) Saldo composto principalmente pelo custo de taxa de registro da CVM;

(ii) Despesas com contratação de contabilidade, auditoria, dentre outros; e

(iii) Despesas com infraestrutura de TI e demais despesas gerais e administrativas.

10 Instrumentos financeiros

A Companhia pode estar exposta aos seguintes riscos de acordo com a sua atividade:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Gestão de risco de capital;
- Risco de juros;
- Identificação e valorização dos instrumentos financeiros; e
- Determinação do valor justo.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos mencionados, os objetivos da Companhia, políticas para seu gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

I) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas em virtude da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Administração adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes.

II) Risco de liquidez

É aquele que pode vir a ocorrer pelo desequilíbrio entre ativos e obrigações, com o descasamento de prazos entre pagamentos e recebimentos, que possam impactar a capacidade da Companhia em cumprir as suas obrigações financeiras.

A gestão desse risco é realizada pela Administração, considerando perspectivas de recebimentos e desembolsos futuros, com base em projeções de fluxos de caixa futuros, monitorados continuamente, buscando garantir liquidez suficiente à Companhia para suportar eventuais atrasos ou inadimplências em recebimentos, bem como o equilíbrio entre os fluxos de caixa de recebimentos e pagamentos.

Na atual data-base, a Administração não identificou o risco de liquidez.

III) Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações por meio da otimização do patrimônio.

IV) Risco de juros

Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas ou descasamento de moedas nas carteiras ativas e passivas. O indexador condicionado às aplicações financeiras é o CDI. As posições passivas da Companhia estão basicamente representadas pelos Financiamentos decorrentes de arrendamento, os quais estão baseados na variação do IGPM e IPCA. A Companhia enveredou estudos de mercado e posiciona-se de forma a assumir os eventuais descasamentos entre estes indicadores.

V) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia não possui outras operações com instrumentos financeiros não refletidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022, assim como não realizou outras operações com derivativos financeiros.

VI) Determinação do valor justo

A administração considera que ativos e passivos financeiros apresentam valor contábil próximo ao valor justo.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no

balanço patrimonial, são os seguintes:

Instrumentos	Classificações dos instrumentos financeiros	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	1	1	7	7
Contas a pagar	Custo amortizado	(5)	(5)	(1)	(1)
		(4)	(4)	(4)	(4)

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2023				
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	-	1	-	1
	-	1	-	1
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2022				
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	-	7	-	7
	-	7	-	7

Critérios e premissas utilizadas no cálculo do valor justo

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia foram apurados conforme descrito abaixo. A Companhia não atua no mercado de derivativos, assim como não há outros instrumentos financeiros derivativos registrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui instrumentos financeiros de nível 1 e 3 e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

O valor justo foi estimado na data do balanço, baseado em "informações relevantes de mercado". As mudanças nas premissas podem impactar as estimativas apresentadas.

11 Provisão para contingências

A Companhia não possui conhecimento, nem registrou em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 qualquer provisão para demandas judiciais trabalhistas, tributárias ou cíveis.